



POLÍTICA +

Rosane de Oliveira

rosane.oliveira@zerohora.com.br
zerohora.com/rosanedoliveira
@rosanedoliveira

Com Débora Cademartori debora.cademartori@zerohora.com.br 3218-4387

EXECUTIVO TAMBÉM TEM SUAS ILHAS DA FANTASIA

Nem só de miséria é feita a folha de pagamento do Poder Executivo e das estatais vinculadas. Graças à mudança na Lei da Transparência – que os outros poderes ainda não adotaram plenamente –, ficou mais fácil conferir as distorções e entender por que falta dinheiro para o essencial no Rio Grande do Sul. As primeiras oito páginas do resumo dos contracheques mostram remunerações líquidas acima de R\$ 30 mil, pagas a 79 servidores. São pagamentos acima do teto, sem estorno, a maioria a título de “licença-prêmio indenizada”.

Os 10 maiores pagamentos de outubro, cuja folha terminará de ser paga amanhã, são produto dessa aberração chamada licença-prêmio, que o governador José Ivo

Sartori tentou substituir por uma “licença-capacitação”, sem direito a conversão em dinheiro. O projeto está mojando na Assembleia, sem que os deputados se mobilizem para aprovar e sem que o Executivo faça a necessária pressão.

O contracheque campeão é de um auditor fiscal da Receita Estadual, lotado em Palmeira das Missões, que embolsou R\$ 276.804,52, sem desconto de Imposto de Renda. Ao clicar no nome do funcionário, abre-se o detalhamento: o auditor ingressou no Estado em 20 de julho de 1993. Essa bolada está sendo paga a título de “licença-prêmio indenizada (retroativo)”.

O número 2 é um funcionário da Secretária da Saúde, com carga horária de 30 horas semanais. Valor líquido a que

teve direito em outubro: R\$ 239.357,65. O curioso é que consta como data de ingresso desse servidor 1º de novembro de 2010. Explicação para a bolada: a soma de uma licença-prêmio indenizada de R\$ 231.228,31 com quitação de 13º salário retroativo no valor de R\$ 11.543,24. O funcionário teve um desconto de R\$ 1,8 mil de Imposto de Renda e R\$ 1,5 mil de contribuição para o Instituto de Previdência do Estado (Ipergs).

A síntese da folha do Executivo e das estatais tem 35.496 páginas, com 10 nomes em cada uma. Esse é o total de matrículas que o Executivo paga, entre ativos e inativos (alguns servidores têm mais de uma matrícula). Nos outros poderes, a consulta ainda tem de ser feita nome a nome.

CONTRACHEQUES TURBINADOS

Confira as 10 maiores remunerações líquidas do Poder Executivo em outubro:

1. Auditor fiscal da Receita Estadual	R\$ 276.804,52
2. Especialista em Saúde	R\$ 239.357,65
3. Comissário de Polícia (escrivão)	R\$ 149.243,15
4. Inspetor de Polícia	R\$ 123.646,33
5. Comissário de Polícia (inspetor)	R\$ 92.952,28
6. Procurador extraquadro (Ipergs)	R\$ 89.507,24
7. Subchefe da Casa Civil	R\$ 74.856,62
8. Policial civil	R\$ 70.943,77
9. Inspetor de Polícia	R\$ 65.559,34
10. Auditor de Finanças Públicas	R\$ 60.201,79

AUXÍLIO-MORADIA EM JULGAMENTO

O auxílio-moradia de R\$ 4.377,73, que vem sendo pago aos magistrados com base em liminar do ministro Luiz Fux, vai, enfim, ser julgado pelo plenário do Supremo Tribunal Federal.

Como Fux não liberava a ação para julgamento, o ministro Luís Roberto Barroso resolveu colocar o assunto em plenário em outro processo. Trata-se de uma ação da Associação dos Juizes Federais (Ajufe) que tinha como relator o ministro Joaquim Barbosa, que, em 2010, negou o pagamento do benefício. A Ajufe entrou com novo pedido, deferido por Fux.

Quando Barbosa se aposentou, Barroso herdou a relatoria.

CABERÁ À PRESIDENTE DO STF, MINISTRA CÁRMEN LÚCIA, DECIDIR QUANDO O AUXÍLIO-MORADIA SERÁ JULGADO. PELAS MANIFESTAÇÕES DOS MINISTROS, JÁ HÁ VOTOS SUFICIENTES PARA DERRUBAR O BENEFÍCIO.

CARAPUÇA NÃO SERVIU NA FIERGS

O presidente da Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul, Heitor Müller, considera injusta a afirmação da coluna de que os empresários não se mobilizam para impedir a aprovação de projetos que aumentam gastos.

Müller diz que os industriais fazem contatos com deputados, encaminham documentos, mas não têm como concorrer com os servidores que lotam as galerias:

– Nós precisamos trabalhar. E não concordamos com essa prática de ficar fazendo bagunça e intimidando parlamentares.

ALIÁS

Boa parte do dinheiro que engordou os contracheques de servidores em outubro é formada por devolução de Imposto de Renda. Há casos em que a autópsia do pagamento revela uma quantidade tal de penduricalhos, que o salário básico se torna irrelevante.



MARCO ROSSI/REUTERS/IMAGIO

SINTONIA ATÉ NA MESA

Relator das 10 medidas propostas pelo Ministério Público, com apoio popular, para combater a corrupção, o deputado Onyx Lorenzoni (DEM) passou boa parte da segunda-feira reunido com o procurador Deltan Dallagnol e com outros integrantes da força-tarefa da Operação Lava-Jato para fazer ajustes no relatório.

Onyx procurou esclarecer a confusão, que vem ocorrendo nas redes sociais, entre a proposta do

MPF e os projetos que tratam dos acordos de leniência e do abuso de autoridade. E garantiu: se depender dele, não haverá “operação abafa”.

Os procuradores pediram que o deputado altere a proposta no ponto que prevê a possibilidade de

enquadramento de juizes e membros do Ministério Público em crime de responsabilidade. Alegaram que a tipificação seria uma forma de se colocar uma camisa de força em autoridades que estão à frente de determinadas investigações. Onyx concordou.

O deputado levou o procurador para almoçar na Galetaria Beira-Lago (foto). Depois do almoço, o grupo voltou a discutir o assunto na Câmara.

AULA PARA PREFEITOS

Como parte da programação inaugural do Centro de Eventos de Tapera, um dos mais modernos do Estado, será realizado no próximo dia 24 um encontro com os atuais e futuros prefeitos do Rio Grande do Sul. Os eleitos receberão orientações dos Tribunais de Contas, da Famurs e de outras entidades sobre providências que precisam adotar para garantir uma gestão bem-sucedida.

O Centro de Eventos é a maior realização do prefeito Ireneu Orth (PP) em 34 anos de vida pública. O projeto foi um presente da arquiteta Aline Orth, filha dele.

OAB NÃO DESISTE DE CPI

Na tentativa de garantir a instalação da CPI da Segurança Pública, o presidente da OAB-RS, Ricardo Breier, reúne-se amanhã, às 10h, com os líderes dos 15 partidos representados na Assembleia.

Breier diz que a CPI proposta pela OAB não é contra o governo, mas “a favor da cidadania”:

– Estamos alertando sobre os crescentes índices de criminalidade no Estado e trouxemos mais de 7 mil assinaturas. Os deputados que não apoiarem a CPI irão contrariar o desejo da sociedade gaúcha.

